

Bancos e as redes corporativas e políticas: a história do Bamerindus (1926-1994).

Thulio Cícero Guimarães Pereira¹

INTRODUÇÃO

A tese analisa o fenômeno das articulações formais e informais que, no período 1981-1994, ocorriam entre bancos, Estado, banqueiros e a política, através de um amplo estudo do Grupo Bamerindus durante a gestão do banqueiro-político José Eduardo de Andrade Vieira. O estudo analisa como uma elite, a “*elite Bamerindus*”, articulou o capital financeiro, o grupo econômico, as associações de classe e outras instituições da sociedade política e civil, na luta pela hegemonia econômica e política no Paraná e no Brasil.

O Bamerindus foi escolhido como objeto de estudo pelos seguintes motivos:

a intervenção do Banco Central tornou pública uma parte importante das operações da instituição, abrindo assim uma janela para pesquisar operações que normalmente são protegidas pelo sigilo bancário;

entre os bancos que sofreram intervenções na época, o Bamerindus era o maior, tendo sido o quinto maior grupo privado nacional e o terceiro maior banco privado brasileiro em ativos;

entre seus principais sócios controladores, executivos e diretores, estiveram Governadores, Secretários de Estado, Ministros e líderes partidários;

José Eduardo, além de principal sócio-controlador do grupo, foi presidente nacional do PTB, Senador, Ministro, candidato a Presidente da República e um dos principais coordenadores e tesoureiro da campanha presidencial FHC em 1994.

A pesquisa apresenta a história da formação da família Vieira e do Bamerindus até 1994, deixando para uma outra oportunidade o período relacionado ao processo de intervenção do BACEN (1995-1997).

O estudo trabalha com a tese de que, ao longo de sua história, o Grupo Bamerindus foi muito mais do que um grupo econômico, constituindo-se como um **complexo conglomerado de interesses econômicos, financeiros, políticos e empresariais, controlado por uma elite**

¹ Professor do Departamento Acadêmico de Gestão e Economia (DAGEE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, doutor em Sociologia Política – PPGSP UFSC, mestre em Educação – PUCPR, especialista em Administração Financeira – EAESP FGV, bacharel em Ciências Contábeis e consultor financeiro de empresas. E-mail: thuliocicero@yahoo.com. Página na Internet: <<http://www.geocities.com/thuliocicero/>>

específica formada por banqueiros, empresários, burocratas, intelectuais e políticos. A análise foi desenvolvida utilizando o conceito e o método de Redes Sociais e alguma de suas variações como as Redes Corporativas e Transcorporativas, Diretorias Cruzadas e Redes Políticas, tendo como referencial os trabalhos de SCOTT (2000 e 1988), MINTZ & SCHWARTZ (1985), DOMHOFF (2005), KNOKE (1990 e 2005), MINELLA (1999) e MARQUES (2000), entre outros. Durante os trabalhos, foram consultadas cerca de 2.500 fontes da imprensa que resultaram no uso final de 450 notícias e reportagens, chegando a computar um total de 810 referências, entre livros, artigos científicos e periódicos.

ESTRUTURA DO TRABALHO

O capítulo I (*Instituições financeiras e o poder no capitalismo: fundamentos teóricos*) apresenta os conceitos gramscianos de Estado, Sociedade, Política e Hegemonia; e as proposições de alguns autores para: capital financeiro, hegemonia financeira, grupos econômicos, elites orgânicas e associações corporativas. O capítulo II (*O sistema financeiro*) contextualiza o estudo no âmbito das transformações ocorridas no sistema financeiro nacional e internacional, e o processo de formação e consolidação da hegemonia do capital financeiro sobre o sistema de produção e a sociedade.

O capítulo III (*A Família Vieira e o Bamerindus*) apresenta uma revisão da história da formação do Bamerindus e da família Vieira, bem como da rede política constituída em torno do banco (1920-1981). O capítulo IV (*O Grupo Bamerindus*) aborda a rede corporativa Bamerindus, sua estrutura institucional, econômica e de poder no período 1981-1994; e o capítulo V analisa a Rede Política Bamerindus (RPB) no período 1981-1994, seus principais personagens e sua influência na história política paranaense e brasileira recente. Para consolidar o estudo dessas conexões, o capítulo VI apresenta uma análise detalhada da trajetória política de José Eduardo e um breve resumo dos principais acontecimentos ocorridos de 1995 até a intervenção do BACEN no Grupo Bamerindus em março de 1997. O texto termina com a apresentação de uma síntese das principais conclusões apresentadas ao longo de todo o trabalho.

Não é novidade para a pesquisa científica, o estudo do fenômeno das conexões entre bancos e a política, mas diferentemente dos EUA, por exemplo, no Brasil são poucos os trabalhos que se propuseram a analisá-lo de forma sistemática. Na área da sociologia, a tese se insere na longa tradição de estudos das relações do capital financeiro com as estruturas de poder que remonta a Marx, Hilferding, Weber, Smelser, Parsons e Polanyi, entre outros. No contexto histórico estudado na tese, as evidências mostraram que o fenômeno era parte

integrante e inseparável de um organismo social complexo – o Banco, e sua centralidade no Bamerindus era resultado da posição estratégica que os bancos ocupavam no topo da estrutura de produção capitalista.

O estudo demonstra não ser possível entender o jogo político sem conhecer suas conexões com o mundo econômico, bem como o desempenho dos grupos econômicos sem conhecer suas conexões com a sociedade civil, política e o aparelho do Estado. Devido à quantidade, qualidade e perenidade das conexões do Grupo Bamerindus com a sociedade política e a sociedade civil, tais vínculos fizeram parte da estrutura da instituição e as atividades decorrentes dessas ligações, em conjunto com as demais operações de caráter econômico e financeiro, formaram o escopo das operações normais do grupo. Os papéis políticos e sociais desempenhados pelos seus principais sócios e diretores foram muito mais complexos que os de empresários financeiros, não sendo possível enquadrá-los apenas como banqueiros, empresários ou políticos, mas seguramente podemos descrevê-los como importantes comandantes nas batalhas pelo poder político e econômico e pela manutenção e ampliação da hegemonia de sua classe social.

O uso da teoria gramsciana foi determinado pela necessidade objetiva de utilizar categorias de análise mais abrangentes, que permitissem abordar a complexidade da equação social Bamerindus, que não se enquadrava nas categorias tradicionais de empresa, grupo econômico, ou simplesmente como organização econômica, exigindo ampliar os conceitos para incorporar suas atividades nos campos da sociedade civil e da política, e captar aspectos dessa equação que incluíam regiões especiais da sociedade nas quais frequentemente ocorre a fusão do público com o privado. Os conceitos de “*Estado ampliado*”, “*Sociedade Civil*”, “*Sociedade Política*” e “*Hegemonia*”, permitiram analisar o Bamerindus de forma mais abrangente e flexível, sem perder de vista o contexto histórico brasileiro que, no período estudado, foi marcado pela transição do regime militar para a Nova República, construção e implantação de um novo marco constitucional, redefinição do Estado brasileiro, ampliação da sociedade civil e da política e importantes transformações nas estruturas econômica e do sistema financeiro.

A história do Bamerindus demonstra que a instituição enfrentou movimentos de fluxo e refluxo entre as esferas pública e privada, com períodos de maior ou menor autonomia. Tais movimentos podem ser analisados utilizando-se o conceito de guerra de posições de Gramsci, com avanços e recuos segundo as transformações na correlação de forças entre as classes sociais. Também permite analisar como ciclos ou fases do processo de acumulação capitalista que, em certos momentos, necessita de amplos movimentos coordenados e centralizados no

Estado e, em outros, da ação fragmentada dos agentes privados. Tais ciclos ampliam ou reduzem a esfera pública e / ou privada, obedecendo à lógica da acumulação capitalista ou das demandas sociais sobre a produção. Pode-se dizer que, em determinados momentos, a rede política Bamerindus constituiu-se de fato num comitê da burguesia para controlar o Estado e parte da sociedade e, em outros momentos, o seu poder se diluía ou submergia na esfera pública. Nesses momentos a instituição era arrastada pela dinâmica do processo político, pois nesse campo os atores, sejam indivíduos ou organizações, convivem constantemente com a possibilidade de serem arrebatados pela lógica do interesse público.

SOCIALIZAÇÃO DA POLÍTICA

A análise do período estudado (1981-1994) aponta para um momento histórico marcado pela ampliação do processo de socialização da política brasileira, tendo avançando em determinados momentos na direção do que chamamos de processo de socialização do capital. A Assembléia Nacional Constituinte foi palco de duras batalhas em torno dessa questão, envolvendo interesses de vários setores da sociedade, afetando diretamente o sistema financeiro nacional e particularmente os bancos. Entre as grandes mudanças promovidas pela nova Constituição, destacamos três marcos institucionais que afetaram diretamente o setor bancário, que são:

a) mudanças nas regras de gestão da dívida e do orçamento público, que ampliaram os mecanismos disciplinadores e de controle social sobre as operações econômicas e financeiras do Estado;

b) a inserção do artigo 192 na Constituição abriu espaço para a reforma do sistema financeiro, colocando o setor sob permanente pressão de mudanças na sua estrutura regulatória;

c) a extinção da carta-patente abriu espaço para a criação de novos bancos, levando grandes capitalistas e grupos econômicos, até então obrigados a operarem com os bancos tradicionais, a partirem para a abertura de suas próprias instituições. Tal movimento fragmentou a estrutura de alianças tradicionais do grande capital financeiro brasileiro, abrindo espaço para a construção de novos acordos e composições financeiras, econômicas, empresariais e políticas. Se a incorporação do Banco Comercial (BANCIAL) em 1974 consolidou o Bamerindus como centro do comando estratégico para boa parte dos grandes grupos econômicos do Paraná, em 1989 esse “*monopólio*” começou a ser desmontado quando importantes capitalistas e políticos ligados ao Bamerindus partiram para criação de novos bancos.

SISTEMA FINANCEIRO

No período estudado ocorreram profundas mudanças no Sistema Financeiro brasileiro, que acompanhavam as transformações em curso no Sistema Financeiro Internacional; tais mudanças aceleraram e consolidaram o processo de hegemonia do capital financeiro sobre o sistema produtivo.

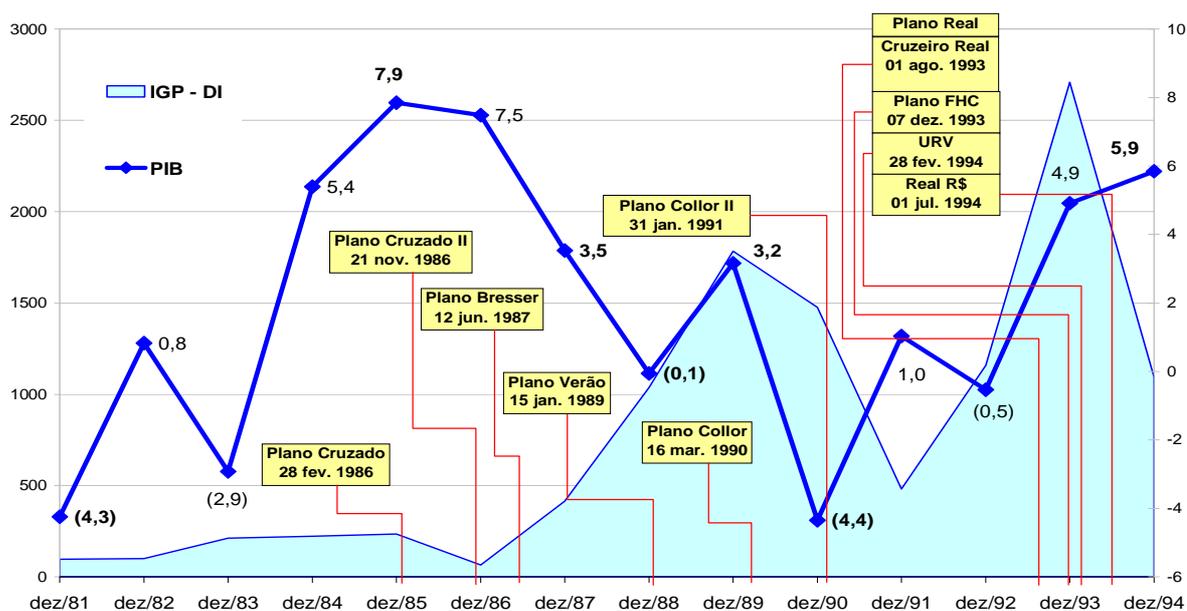
No Brasil, pode-se situar o início deste processo quando o país passou a enfrentar a grave crise da dívida externa nos primórdios dos anos 1980. Tal crise interrompeu o fluxo de capitais e estrangulou a capacidade financeira do Estado, com reflexos sobre a estrutura social, política e econômica do país, dando início ao processo de reformas do sistema, que aumentou o grau de integração entre o sistema financeiro brasileiro e o mercado internacional, privatizou grande parte de sua estrutura e transferiu importantes instituições para o controle estrangeiro. Também ampliou grandes grupos econômicos e financeiros com a participação dos bancos no programa de privatização, aumentou a concentração do poder econômico e mudou a correlação de forças políticas. Tais transformações integravam o que Chesnais denominou de nova fase do capitalismo internacional, caracterizada pela hegemonia do capital financeiro sobre o sistema econômico internacional. Nesse processo, o Estado teve um importante papel na definição dos arranjos institucionais e regulatórios necessários, assumindo as funções de principal indutor, fiador e financiador de boa parte dessa transformação. Desse modo, a participação no processo decisório do Estado tornou-se fundamental para a sobrevivência dos grupos econômicos, sendo impossível excluir a política do campo de análise ou considerá-la como uma variável menor dessa intrincada equação econômica e social.

Também deve-se considerar que os avanços registrados no processo de socialização da política brasileira desencadearam um complexo movimento de reestruturação do Estado, no sentido de socializar suas funções e desarticular ou constringer os seus principais mecanismos de controle e coerção. Em última análise, havia uma forte tendência para gradativamente desarticular os mecanismos do Estado que garantiam a continuidade do modo de acumulação capitalista. Grande parte da reação burguesa a esse movimento se materializou nas privatizações, que pretendia retirar do Estado o controle sobre boa parte da estrutura econômico-empresarial estratégica brasileira e, diante da possibilidade de socialização do capital financeiro – pois na época a estatização dos bancos configurava-se como uma das possíveis saídas para conter o processo inflacionário – ganhou impulso o processo de hegemonia do capital financeiro como um dos mecanismos de proteção do sistema capitalista

frente a um Estado em processo de socialização.

No Brasil, a resistência das forças sociais ao controle financeiro também se materializou no uso de múltiplas moedas, descontrole da dívida pública e inflação. Alguns planos de estabilização econômica, editados pelo governo federal (ver **Gráfico 1**), tiveram como objetivo principal restabelecer o controle centralizado da moeda, e tentaram desarticular a capacidade de reação e a autonomia dos governos estaduais e de grandes grupos econômico-financeiros privados e estatais. Também buscaram organizar a dívida pública de forma que esta pudesse condicionar grande parte das ações do Estado, do governo e da sociedade aos imperativos da lógica financeira. A história do Bamerindus demonstra que, em vários momentos, a instituição participou da luta de resistência ao controle centralizado em Brasília, constituindo-se como um dos maiores grupos cujo controle era mantido fora do eixo Rio - São Paulo.

Gráfico 1: Planos Econômicos e as variações do IGP (DI) e do PIB – 1981 a 1994. (em %)



Observações: A variação do IGP (DI) está representada no eixo y e da escala primária (esquerda) e a variação do PIB no eixo y e da escala secundária (direita). Gráfico elaborado pelo autor com base nos dados IGP (DI) obtido em INFORMAÇÃO ECONÔMICA ONLINE (FGV, 2005) do PIB fornecido pelo IBGE (2005).

A ELITE BAMERINDUS

No comando do grupo, encontrava-se a “*elite Bamerindus*” que formava um núcleo de vanguarda econômica, política e intelectual cuja ação e poder foi suficiente para interferir e influenciar no desenho do Estado e da sociedade local; suas lutas políticas eram pautadas pelos interesses gerais da classe e transcendiam os limites puramente econômicos; agia para

transformar seus interesses em objetivos do conjunto social, promovendo ações coletivas no campo econômico, político e ideológico, planejando e implementando ações objetivas através de uma ampla rede corporativa e política (ver **Gráfico 2** e **Gráfico 3**) que abrangia tanto conexões locais como nacionais.

A história do Bamerindus é a história da formação, crescimento e declínio dessa elite, que se reproduziu ao longo do século XX através de complexos arranjos entre famílias tradicionais e capitalistas emergentes, envolvendo conexões através de casamentos, novas empresas, partidos políticos e cargos públicos, reproduzindo uma forma de atuação bastante comum na comunidade de banqueiros ingleses entre 1890 e 1914 (CASSIS, 1994), na história da família Rothschild (PINÇON & PINÇON-CHARLOT, 1998) ou na comunidade empresarial e financeira dos EUA, como demonstraram MILLS (1975), MINTZ & SCHWARTZ (1985) e DOMHOFF (2005), entre outros.

A REDE POLÍTICA BAMERINDUS

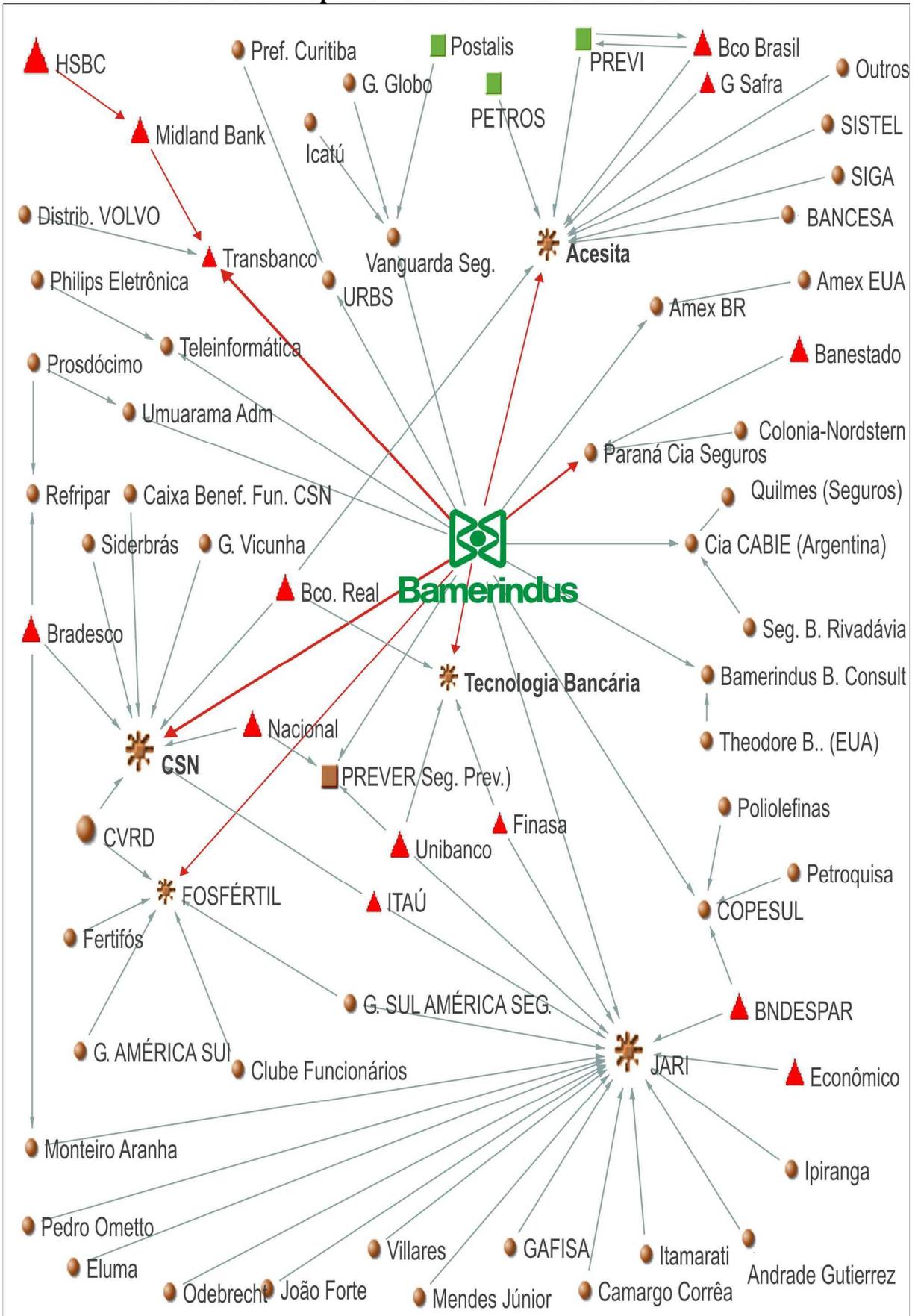
O Bamerindus tinha uma forte tradição de atuação no mundo político; ao longo de sua história, esteve presente em quase todas as eleições ou nos processos de escolha dos nomes que assumiriam cargos públicos importantes no Paraná, bem como mantinha profundos vínculos com a esfera política nacional, formando uma ampla rede de conexões políticas – a “*rede política Bamerindus*” (RPB). Tais conexões eram estabelecidas através de vínculos de propriedade, parentescos, partidários e sociais, envolvendo vários partidos, campanhas eleitorais e diversos cargos públicos eletivos ou não, como os de Presidente da República, ministros, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, secretários de estado, prefeitos e vereadores.

Na sociedade civil, a RPB tinha várias conexões históricas com associações de classe, sindicatos patronais e de trabalhadores, e com diversos órgãos de imprensa. Também mantinha vínculos diretos com fundações e associações de assistência social, cultural, institutos e clubes sociais. No aparelho do Estado, a rede esteve diretamente conectada às secretarias de Estado, ministérios, prefeituras, tribunais e empresas. Entre suas lideranças, encontrava-se José Eduardo, Jayme Canet, Affonso Camargo, João Elísio Ferraz de Campos e José Carlos Gomes de Carvalho, entre outros. No plano nacional, mantinha uma complexa trama de conexões cruzadas, diretas e indiretas com outras redes, tendo participado dos governos de João Figueiredo, Tancredo Neves / José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. O estudo da RPB demonstra que o crescente avanço do processo de socialização da política brasileira tornou a manutenção da rede uma tarefa de vital

importância para a sobrevivência do Bamerindus, ao mesmo tempo em que a ação política se tornava mais complexa e dispendiosa, pois tinha que se adaptar às mudanças institucionais, como por exemplo, o pluripartidarismo.

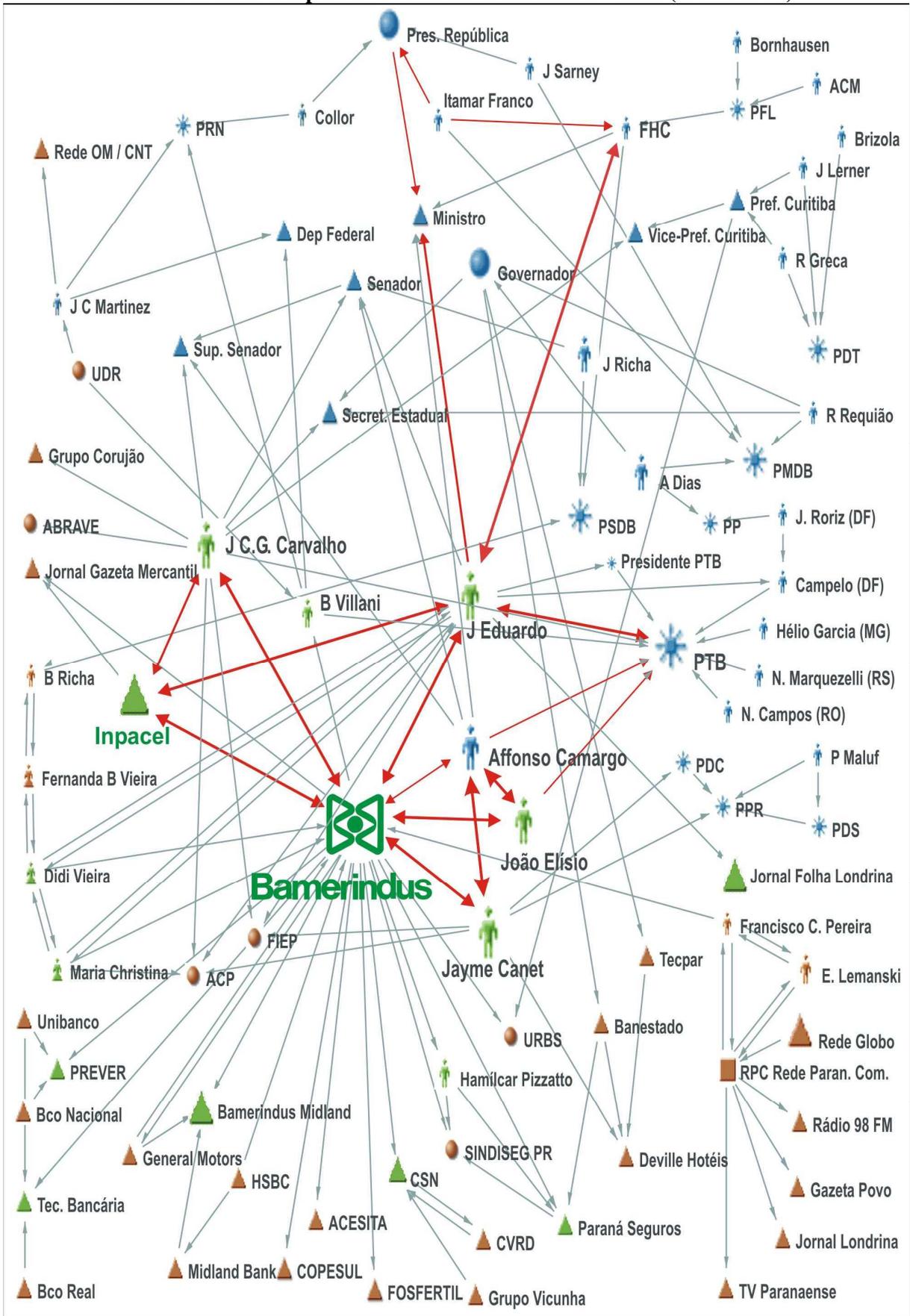
Essa rede não era fruto da vontade extemporânea deste ou daquele capitalista, ou uma opção deliberada de um grupo de empresários financeiros, mas um imperativo da atividade econômica.

Gráfico 2: Rede Corporativa Bamerindus em 31 de dezembro de 1993



Fonte: Gráfico 5-3 apud PEREIRA (2006, p. 220).

Gráfico 3: Rede Corporativa e Política Bamerindus – RPB (1988 a 1994).



Fonte: Gráfico 6-9 apud PEREIRA (2006, p. 389).

Quando se compara a história do Bamerindus com as histórias dos grupos Lupion e Paulo Pimentel, pode-se entender que a ação política organizada era uma extensão necessária e inseparável da atividade empresarial privada e fundamental para a sua lucratividade e existência. Normalmente as análises econômicas e políticas, remetem tais conexões para notas de rodapé ou breves comentários, refletindo muitas vezes uma visão de que tal fenômeno seria uma espécie de desvio de conduta ou falha na organização da estrutura institucional do Estado e da política. Ora, o que constatou-se foi que, durante 71 anos de história, existiu no Paraná uma importante rede política constituída em torno de uma instituição financeira e, não se pode alegar que o Bamerindus tenha sido uma exceção, pois também são abundantes os indícios de que os envolvimento cruzados entre bancos e política continuam ocorrendo tanto no Brasil como na Europa ou mesmo nos EUA e no Japão. As revelações tornadas públicas em 2005, dando conta das conexões entre partidos políticos brasileiros, bancos e demais instituições financeiras, reforçam a tese de que tais conexões, além de não serem pautadas por “*diferenças*” político-partidárias, são parte integrante e essencial tanto do mundo econômico como do político, formando um todo inseparável e assim devem ser estudadas. É nesse contexto que se deve entender a história do Bamerindus e da elite que o comandava.

PARTIDO POLÍTICO

Durante boa parte do período analisado, o Bamerindus e a RPB atuaram como uma espécie de partido político informal, visto que as agremiações formais ainda não tinham estrutura suficiente para enfrentar campanhas eleitorais cada vez mais complexas, e que exigiam suporte técnico e organização, a cada dia mais sofisticadas e dispendiosas. Nesse contexto, alguns dos fatores que encareciam a manutenção da RPB foram as regras bastante flexíveis que disciplinavam a fidelidade partidária, a crescente dificuldade para manter seus quadros políticos diante da concorrência dos novos atores populares e a crescente autonomia que a legislação trouxe para os candidatos eleitos, cuja atuação passou a ser condicionada muito mais pela lógica das urnas do que pelos interesses do Bamerindus. Também a multiplicidade e complexidade da equação de interesses políticos locais e nacionais, constelados no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto, conferiam um elevado grau de volatilidade, incerteza e transitoriedade aos acordos, alianças e coligações. É importante também considerar a crescente fragmentação do núcleo de poder do Bamerindus, formado pelos seus principais acionistas, após a extinção da carta-patente para a abertura de novos bancos.

No final dos anos 1980, as principais lideranças políticas movimentavam-se para criar

seus próprios partidos, e o Bamerindus optou por investir na estruturação do PTB. No Paraná, por exemplo, partindo de 52 diretórios em 1990, o PTB chegou a 352 em 1994, abrangendo praticamente todas as cidades do Estado. No plano nacional, o partido crescia, mas não conseguia alcançar a unidade necessária para uma ação coordenada, comportando-se na maioria das vezes como um aglomerado de projetos pessoais ou de grupos locais cujos interesses pontuais muitas vezes eram conflitantes.

Com base nas evidências apresentadas no estudo, pode-se afirmar que o núcleo de comando formado pelas principais lideranças da rede corporativa e política Bamerindus participava do conjunto das “*elites orgânicas*” do Paraná e que, durante grande parte do período estudado, foi capaz de manter a hegemonia sobre a região e influenciar de forma significativa a política nacional.

JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA

Dando continuidade a uma longa tradição brasileira de atuação de banqueiros na política, JE entrou na vida parlamentar com gosto e disposição para atuar ostensivamente. Procurou ocupar todos os espaços possíveis no Paraná e em Brasília, conseguindo conquistar e manter posições importantes nas principais articulações políticas nos governos estadual e federal, e ser reconhecido como uma das principais lideranças do Congresso pelo DIAP (1994). Para realizar seus objetivos políticos, José Eduardo não hesitou em lançar mão dos vários recursos disponíveis no Grupo Bamerindus, como por exemplo, conectando campanhas publicitárias do banco com a sua campanha eleitoral “*Zé do Chapéu*”, para o Senado. Mas o processo de socialização da política brasileira estabeleceu novos limites para a atuação pública dos banqueiros pois, enquanto no período 1940-1980 os bancos e seus



Ilustração 1: Imagem de José Eduardo como “Zé do Chapéu”

Nota: Não foram encontradas evidências conclusivas que comprovassem a afirmação expressa na manchete da Carta Capital. Optou-se por mantê-la para não comprometer a integridade da fotografia.

Fonte: ALVES (1997)

banqueiros desfrutavam de uma imagem pública favorável o bastante para elegerem vários representantes, nas eleições para o Senado, em 1990, e nos anos que se seguiram, José Eduardo e o Bamerindus enfrentaram pela primeira vez nas suas histórias, pesadas acusações e críticas públicas de seus adversários políticos.

Nesse contexto, tornou-se claro o paradoxo sobre o qual estavam assentadas as instituições bancárias: ao mesmo tempo em que ocupavam uma posição estratégica poderosa no sistema econômico capitalista, eram extremamente frágeis diante da opinião pública e do aparelho do Estado.

As posições que JE ocupou tanto no topo do terceiro maior banco privado brasileiro, como na política e no governo, são evidências bastante sólidas para afirmar que, durante grande parte do período estudado, ele foi um dos mais importantes líderes do conjunto das elites orgânicas do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Bamerindus é a história da forma como um grupo de pessoas de um segmento da classe dominante se organizou e desenvolveu a luta política, buscando manter o poder ou conquistar novas posições. A tese apresenta vários exemplos de como esse segmento de classe transformou, em poder político, o seu poderio econômico, utilizando capacidades intelectuais, culturais, redes pessoais e familiares e, principalmente, a instituição bancária privada.

Tendo como base todas as evidências reunidas no estudo, pode-se afirmar que a equação social formada pelas conexões entre bancos e o Estado, e entre seus banqueiros e a política, resultava da posição estratégica que os bancos ocupavam na sociedade, como uma das principais instâncias mediadoras dos conflitos alocativos e distributivos do sistema capitalista, sendo que, do ponto de vista sociopolítico, o controle dessa atividade era importante demais para ser deixado apenas nas mãos de banqueiros²: Também é possível concluir ainda que grande parte das preocupações com o “poder financeiro”, que ao longo da história do capitalismo mereceu a atenção especial de vários autores, entre eles Adam Smith, Andrew Jackson, Karl Marx, Hilferding, Lenin e Weber, continuam tão atuais quanto a velha prática de emitir e negociar títulos da dívida pública.

² “*la guerre est une chose trop grave pour la confier à des militaires*” Georges Benjamin Clemenceau, 1886. Apud PIERRE, Miquel. **Clémenceau: le père, la victoire**. Paris: Tallandier, 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Guilherme; Prensa Três. [José Eduardo de Andrade Vieira]. Carta Capital, São Paulo, 16 abr. 1997, ano II, nº 46, Capa. 1 fotografia, color.
- CASSIS, Youssef. **City Bankers**, 1890-1914. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Revela: **Os “cabeças” do Congresso Nacional**. Uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes no poder Legislativo. Boletim do DIAP. Informativo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Brasília: SBS Ed. Seguradoras, Edição Especial, março de 1994.
- DOMHOFF, G. William. **Theories of Power. The Four Networks Theory of Power: A Theoretical Home for Power Structure Research**. Department of Sociology. University of California. Santa Cruz: Univ. California, Apr. 2005b. Disponível em: <http://sociology.ucsc.edu/whorulesamerica/theory/four_networks.html>. Acesso em: 24 nov. 2005.
- FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Informação econômica online. Fgvdados**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.fgvdados.com.br/dsp_frs_pai_ferramentas.asp>. Acesso em: 13 jun. 2005.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB. Indicadores conjunturais**. Brasília, [2005]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>> e <<http://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/seriesSelecionadas.asp>>. Acesso em: 8 jun. 2005.
- KNOKE, David. Introduction to network analysis. David Knoke's Home Page. Department of Sociology. Minneapolis: University of Minnesota, Aug. 2004. Disponível em: <<http://www.soc.umn.edu/~knoke/>>. Acesso em: 20 nov. 2005.
- KNOKE, David. Political network. The structural perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- MARQUES, Eduardo C. Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan / São Paulo: FAPESP, 2000.
- MILLS, C. Wright. (1956) **A elite do poder**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MINELLA, Ary C. Fundamentos teóricos e metodológicos para análise do empresariado financeiro no atual contexto de globalização financeira. (Versão Preliminar). Anexo 1 do Relatório Técnico de Pós-Doutorado apresentado ao Departamento de Ciências Sociais. Florianópolis: UFSC, nov. 1999.

- MINTZ, Beth; SCHWARTZ, Michael. **The Power structure of American Business**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.
- PEREIRA, Thulio C. G. **Bancos e banqueiros, sociedade e política: o Bamerindus e José Eduardo de Andrade Vieira (1981 a 1994)**. Tese (Doutorado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2006.
- PIERRE, Miquel. **Clémenceau: le père, la victoire**. Paris: Tallandier, 1999.
- PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Les Rothschild: une famille bien ordonnée**. Paris: La Dispute, 1998.
- SCOTT, John. Social network analysis and intercorporate relations. **Hitotsubashi Journal of Commerce and Management**. n. 23. The Hitotsubashi Academy, 1988, p. 53-68.
- SCOTT, John. **Social Network Analysis: A Handbook**. 2. ed. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2000. Disponível em: <<http://www.analytictech.com/mb119/tableof.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2005.